

Não aceitaremos redução de salários!



Em curso, negociação para o ACT dos trabalhadores e trabalhadoras da Eletrobras privatizada guarda inicialmente, uma estranheza: a ausência de um interlocutor da empresa. O que temos agora é uma empresa “especializada” em negociar salários. Se já era complicado negociar com quem vivia o dia a dia da empresa, imaginem negociação salarial com alguém cuja orientação é feita por números, tabelas e gráficos fornecidos por seu contratante. Desumaniza-se a negociação e, por óbvio, tudo o que se refere ao bem estar do trabalhador e trabalhadora entra na fila da guilhotina.

Logo de cara a proposta risível de redução de salário. Qualquer um sabe que é proibida qualquer modificação no contrato de trabalho que signifique prejuízo ao trabalhador. Constituição Federal permite redução de salário apenas: se assim for negociado ou em caso diminuição da jornada de trabalho (com redução proporcional do salário). Em ambos os casos só será possível em convenção ou acordo coletivo com a participação dos representantes sindicais das categorias.

E por isso, logo na primeira reunião, descaradamente, propuseram um corte de 12,5% nos salários. Na cara dura! Não abriremos mão de manter a garantia salarial da categoria. Isso é inegociável!

Além de defender a manutenção e o ganho salarial real dos trabalhadores e trabalhadoras é consenso entre as entidades de representação que prejuízos muito maiores poderão ser gerados pela redução salarial que pretende a empresa. Vejamos:

A insatisfação gera baixa na produtividade e queda no rendimento, isso é fato, nem precisa de números, tabelas e gráficos elaborados para constatarmos. E numa empresa privada que busca no mercado profissionais qualificados para ocupar o lugar daqueles (qualificados e experientes no setor) que “foram saídos” da empresa o risco de pedidos de demissão em massa não é pequeno. Há de se considerar a realidade dos salários na empresa privadas para garantir a qualidade do serviço.

Este é outro ponto muito importante nessa discussão: a qualidade do serviço certamente não será adequada para a relevância de uma empresa de energia que atende todo o território nacional. Lembremos do caso do Acre que sofreu um apagão geral em quase todas as suas cidades, expandindo-se para outros estados da Federação, e mesmo com seus empregados competentes e qualificados, a empresa privada que gere a distribuição de energia naquele estado não pode solucionar o problema recorrendo aos trabalhadores e trabalhadoras da Eletronorte para trazer a luz de volta para centenas de milhares de pessoas. Ou seja, pagar mal é um risco de colapso no sistema elétrico brasileiro.

A Eletrobras privatizada já pegou um bastante enxugado das não do Wilson Pinto e conta hoje com um número bastante menor de trabalhadores e trabalhadoras, e vem aberto processos seletivos para novas contratações que, ao que parece, não chegam a se concretizar, visto que estas não terminam nunca.

Nos perguntamos: por que apresentando em seus balanços resultados positivos a Eletrobras privatizada quer tirar mais e mais do seu trabalhador?

Fica mais que óbvio que uma empresa do porte e importância da Eletrobras tem que oferecer boas condições de trabalho, salário compatível e benefícios para atrair bons profissionais e que a política atual da empresa, ao que parece, está fazendo exatamente o contrário.

A menos que você venha a integrar a Diretoria ou o Conselho de Administração (para cujos salários astronômicos não há ameaça de dedução) trabalhar na Eletrobras não parece um bom negócio.

A diretoria, 24 de abril de 2024.
Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL.

Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição](#).